

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 26 No.2 2013 / Volume 27 No.1 2014

PARTE 3 – A CONSTRUÇÃO DE INTERLOCUÇÕES: CAMPOS DISCIPLINARES E SOCIEDADE

ARTIGO

EM TERRITÓRIO DESCONHECIDO: SOBRE O ABANDONO DE SERES E COLETIVOS

Vinicius Melquíades*

RESUMO

A partir dos pressupostos da Arqueologia Simétrica e do conceito de história de vida de uma população de artefatos, o presente artigo tem como objetivo específico abordar a interface entre as perspectivas arqueológicas contemporâneas, museológicas e de produção e gestão do conhecimento e patrimônio cultural brasileiro. Como caso, serão apresentadas três etapas de vida das vasilhas de pedra-sabão em Minas Gerais nas quais aparecem relações de extrema assimetria, que desconsideram a participação de seres (humanos e não humanos) e coletivos (associação de humanos e não humanos) no processo histórico e nas propostas e ações contemporâneas. Com isso, exclui potenciais protagonistas, (re)produzindo assimetrias e contribuindo com a manutenção de um colonialismo histórico.

Palavras-chaves: Gestão do patrimônio cultural, Arqueologia simétrica, Vasilhas de pedra-sabão

ABSTRACT

Through the perspectives of Symmetrical archaeology and under the concept of life history of a population of artifacts, this article specifically aims to approach the interface between contemporary archaeological perspectives, museology, production and management of knowledge and cultural Brazilian's heritage. Such cases, will be presented by three stages of life history of soapstone vessels in Minas Gerais in which appear relationships of extreme asymmetry that disregard the participation of beings (human and non-human) and collective (association of human and non-human) in the historical process and contemporary proposals and actions. Through this, exclude potential protagonists (re)producing asymmetries and contributing to the maintenance of a historic colonialism.

Key words: Management of cultural heritage, Symmetrical archaeology, Soapstone vessels

* Doutorando do PPGArq-MAE/USP sob orientação da Profa. Dra. Cristina Bruno (MAE/USP) e co-orientação do Prof. Dr. Andres Zarankin (FAFICH/UFMG) com projeto provisoriamente intitulado «Gentes, Agentes e Artefatos: Arqueologia Simétrica das vasilhas de pedra-sabão em Minas Gerais».

E-mail: melquiadesvinicius@gmail.com

INTRODUÇÃO

No Brasil, assim como em grande parte do globo, a institucionalização da arqueologia está vinculada a programas colonialistas e nacionalistas que a partir da cultura material e da oficialização do patrimônio legitimaram estruturas de exclusão social, favorecendo um *ethos* aristocrático e elitista (FERREIRA, 2010: 17).

O patrimônio cultural – que comporta também o patrimônio arqueológico – surgiu, portanto, através das instituições jurídicas do Estado moderno que proscreveram ou assenhoraram-se de símbolos antigos (FERREIRA, 2013: 90) para dar coesão e legitimar sua ação e gestão no território, bem como criar narrativas homogeneizadoras, nacionalistas e colonialistas. Assim, é possível perceber que *desde o século XVIII, nenhum governo governa sem patrimônio cultural* (FERREIRA, 2013: 91).

A Arqueologia, por meio da cultura material, também *forneceu matéria-prima palpável para a elaboração de símbolos nacionais e vinculações ancestrais, naturalizando o sentimento de pertencimento a uma Nação e a um território nacional* (FERREIRA, 2010: 22). Em Minas Gerais e no Brasil, tal dinâmica pode ser percebida na eleição de ícones representantes de uma identidade mineira e nacional, vinculada ao Barroco e à Inconfidência mineira, às cidades históricas e seus casarões, às personagens como Aleijadinho e Tiradentes, ou seja, aos “grandes fatos dos grandes homens” e à plena atividade artística e intelectual. Tal abordagem, em certa medida, institui uma perspectiva simplista, estereotipada e inerte de identidade cultural, que deixa de fora uma gama de seres e coletivos que também participam e/ou participaram desse processo.

Não há, portanto como dissociar a Arqueologia de um movimento mais amplo que envolve questões como projetos nacionalistas, formação de museus e instituições de pesquisa, criação e manipulação dos patrimônios culturais. No extremo, trata-se de perceber relações de extrema assimetria ligadas a um colonialismo histórico, que estão imbricadas não só na legislação vigente e no andamento do mundo contemporâneo, como também na atuação das Ciências modernas, havendo a necessidade prerrogativa de que nós cientistas, pesquisadores e acadêmicos constatem e vejamos criticamente esses contextos nos quais vivemos e desenvolvemos nossas pesquisas (LATOUR, 2004; 2007; INGOLD, 2000).

Vista a partir das teorias de Bruno Latour (2004; 2005; 2007; 2011; 2012), o descompasso estaria ligado à constituição moderna do pensamento ocidental, que se baseia na ideia de que Natureza e Sociedade encontram-se isoladas, em duas câmaras distintas¹.

Feita a crítica, Latour propõe uma nova ordem ou ecologia, na qual essas assimetrias são niveladas, os seres (humanos e não humanos) são libertos, não mais divididos em duas câmaras (Natureza e Sociedade), mas sim vistos enquanto coletivos híbridos. A partir da convocação desse coletivo e do debate estabelecido se daria a constituição e andamento do mundo comum² (LATOUR, 2004).

¹ Entre outras coisas inventa, portanto “uma separação entre o poder científico, encarregado de representar as coisas, e o poder político, encarregado de representar sujeitos” (Latour, 2007: 55).

² Afirma ainda o autor que “coletivo significa tudo, e não dois separados” (Latour, 2004: 117), “embora empregado no singular o termo não nos remete a uma unidade já feita” (idem: 373), e aponta que “quanto mais associamos materialidades, instituições, técnicas, conhecimentos, procedimentos e lentes à palavra coletivo, melhor será seu uso” (Latour, 2004: 116).

Em outras palavras, o diagnóstico do autor destaca que são os dualismos cartesianos – tais como natureza/cultura, sujeito/objeto e passado/presente – que regem os modos de existência ocidentais modernos, predominantes no mundo contemporâneo (LATOURE, 2004; 2007; 2012). Culmina que essas perspectivas, demasiado assimétricas desconsideram seres (humanos e não humanos) e coletivos (associação de humanos e não humanos), tanto no processo histórico quanto nos debates sobre o andamento do mundo contemporâneo, corroborando para a (re)produção de assimetrias.

Como saída alternativa, propõe que o mundo contemporâneo não pode mais ser apreendido de maneira fragmentária, pois os problemas do cotidiano são apresentados de maneira coletiva. Visto que essa conjuntura está imbricada no fazer científico há uma necessidade “de que nós acadêmicos também não compartilhemos essa perspectiva ocidental moderna”³ (INGOLD, 2000: 6).

SOBRE ARQUEOLOGIA SIMÉTRICA

Desde o início do século XXI alguns arqueólogos(as) têm desenvolvido suas pesquisas a partir de perspectivas simétricas (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2007; WITMORE, 2007; SHANKS, 2007; WEBMOOR, 2007; OSLEN, 2007; NEUMANN, 2008a; 2008b; MACEDO, 2011; MELQUÍADES, 2011; 2012). Em meio à extensa discussão teórica que abarca uma Arqueologia Simétrica, os pesquisadores dessa vertente partem da premissa de que estamos imersos em um mundo de pessoas, animais, plantas e coisas, que mantêm múltiplas transações entre si, se constroem simultaneamente e formam coletivos (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2007: 283). Partem, portanto, da premissa de que humano e materialidade devem ser explicados a partir dos mesmos termos, e levantam a pergunta: “o que acontece se tratarmos as pessoas e as coisas simetricamente?” (WEBMOOR, 2007: 300).

Ao enfatizar que os artefatos agem sobre a realidade social, Alfred Gell (1998) já demonstra que a dicotomia sujeito/objeto é uma das mais frágeis e simples de ser quebrada. Abordagens pós-processuais contemporâneas incorporam essas agências múltiplas⁴ (NORMAK, 2007) e passam a aceitar que entre pessoas e coisas há um emaranhamento (HODDER, 2006) que perpassa as relações coletivas e de constituição mútua, reconhecendo, portanto, que as “coisas são ativas, não espectadoras passivas” (WEBMOOR, 2007: 299). Nas palavras de Tim Ingold (2010: 11) submeter a “vida das coisas” à “agência dos objetos” é uma dupla redução, de “coisas” para “objetos” e de “vida” para “agência” (INGOLD, 2010: 12).

Aceitando vida nos termos colocados anteriormente, enquanto característica inerente a todos os seres e coletivos, torna-se possível a utilização do conceito de história de vida⁵

³ É necessário dizer, de antemão que o debate entre as teorias de Tim Ingold e Bruno Latour mostram pontos de divergência e convergência entre elas. No entanto, se as críticas são consideradas e as perspectivas agregadas, há a possibilidade de utilização dessas teorias como complementares – conforme aqui proposto –, e não excludentes.

⁴ A aceitação de uma agência das coisas dentro das perspectivas da Arqueologia simétrica torna-se clara nas propostas da *polyagentive Archaeology* (Normak, 2007) que enfatiza que todos os seres (incluindo a materialidade-artefatos) são agentes múltiplos, capazes de afetar os seus entornos, em constante interação com outros agentes múltiplos e, consequentemente, com a constituição mútua e coletiva do mundo comum.

⁵ Bruno Latour chama atenção para a história das coisas ao afirmar que “Então, eu logo compreendi que os personagens não humanos também tinham aventuras que poderíamos acompanhar se abandonássemos a ilusão de que eles eram ontologicamente diferentes dos seres humanos. O que vale é apenas a agency, suas capacidades de atuação e os diversos papéis que lhes foram atribuídos” (Latour, 2012: 9).

(SCHIFFER, 1987; LA MOTTA & SCHIFFER, 2002; SCHIFFER *et al*, 2010), hoje aplicado a fragmentos, artefatos, edifícios, lugares, paisagens e territórios (ZEDENO, 1997; HOLTORF, 2002; THOMAS, 2002; SCHIFFER *et al*, 2010; MELQUIADES, 2011; 2012).

As relativizações deste conceito partem do pressuposto de que, se inicialmente na proposta comportamental ele esteve ligado a atividades que giram em torno de ações protagonizadas pelo homólogo humano – ações como “busca de matéria-prima”, “manufatura”, “uso”, “circulação”, “abandono”, “reuso”, “descarte” (SCHIFFER, 1987; LAMOTTA e SCHIFFER, 2002), em uma proposta simétrica as etapas da história de vida são as várias relações de constituição mútua, participantes no andamento do mundo comum e de um coletivo mais amplo (HOLTORF, 2002; WEBMOOR, 2007).

Em termos de uma Arqueologia simétrica também consideramos história de vida em uma perspectiva alternativa, segundo a qual as histórias de vida dos seres não terminam com a deposição, mas continuam até o dia presente. Assim, “atividades como descoberta, reconstituição, análise, interpretação, documentação e exibição também são tomadas como processos nas vidas das coisas” (HOLTORF, 2002: 54). Adotando essa perspectiva temporal torna-se inegável que os arqueólogos atribuem significado a artefatos e lugares (TILLEY, 1994) e que há uma continuidade entre os estudos arqueológicos e museológicos. (BRUNO, 1995; 2000; WICHES, 2010; MELQUIADES, 2011).

Assim, ao passo que o contexto contemporâneo dá vida a uma infinidade de novos seres com o processo de industrialização e desenvolvimento tecnológico, institui perspectivas extremamente assimétricas, não reconhecendo a real intensidade de participação desses novos seres no coletivo (LATOUR, 2012).

Refletindo sobre o mundo contemporâneo, alguns pesquisadores consideram que estamos vivendo a “Supermodernidade”, termo cunhado pelo Antropólogo Francês Marc Augé (2000 *apud* GONZALEZ-RUIBAL, 2008: 247) que se aproxima de “pós-moderno”, “pós-industrial” ou “capitalismo tardio”, para outros autores. A mudança na terminologia se dá, entre outras coisas porque diferente de “pós”, “super” não implica superação, mas sim exacerbação, exagero (GONZALEZ-RUIBAL, 2008: 247-249). Chamando atenção para o fato de como a modernidade cria híbridos-artefatos bélicos e como essa destruição é acelerada e em grandes proporções, Alfredo Gonzalez Ruibal (2008: 248) afirma que: “se modernidade em geral traz destruição, supermodernidade produz isso em uma escala extraordinária. O exemplo mais extremo que vem na mente é a guerra nuclear, mas, como coloca Serres (2000: 32), a vida diária supermoderna traz mais danos para o mundo que várias guerras mundiais juntas”. Nesse ponto, e baseado nos estudos de Bruno Latour (2012), há também de se considerar a rapidez e a velocidade com que se proliferam as relações assimétricas, e o uso frenético de esquemas de extrema assimetria na busca da sonhada modernidade.

Abandonando os dualismos modernos, entre os quais Ciência e Política⁶, e definindo história de vida das coisas como um contínuo de relações que chegam à atualidade, é possível

6 No âmbito da Ecologia política Bruno Latour idealiza uma nova constituição na qual não há necessidade de segregação entre Ciência e Política, e que todos os seres que compõem o coletivo são plenamente capazes de se representar nos debates sobre as instituições no mundo contemporâneo. Para isso, no entanto, esses seres e coletivos devem ser chamados ao debate. No extremo, o autor afirma que em um

perceber que a Arqueologia já considera sua participação e função nos debates e instituições atuais, reconhecendo sua capacidade e potencial de agir no mundo contemporâneo.

Encontramos essas referências em estudos que definem a Arqueologia também como prática política (McGUIRE, 1999), que abarcam demarcação de terras indígenas (SILVA, 2009), territórios quilombolas e tradicionais (FERREIRA E FUNARI, 2009), de produção e gestão do conhecimento e patrimônio arqueológico (BRUNO, 2000; 2005; WICHERS, 2010), bem como estudos de legislação vigente e relação com as instituições governamentais (MIRANDA, 2006; BASTOS & SOUZA, 2008; FERREIRA, 2013).

Da mesma maneira, porém com abordagens diferentes, estudos arqueológicos com perspectivas museológicas e patrimoniais indicam que, na maioria dos casos as instituições museológicas e de pesquisa também se inserem nesse contexto, sendo, portanto, agentes e produtos nessa mesma rede de relações assimétricas (BRUNO, 1995; 2000; WICHERS, 2010; MELQUÍADES, 2011).

Outro ponto frágil das relações contemporâneas é o afastamento para com os coletivos aos quais tratam diretamente a legislação, políticas públicas e pesquisas científicas sobre patrimônio cultural e arqueológico, nesse caso mais especificamente a pesquisa arqueológica. Uma saída que se apresenta seria desenvolver pesquisas através de estudos etnoarqueológicos de prática colaborativa (SILVA, 2009; COLWELL-CHANTHAPHON, 2009), com etnografia arqueológica com fundamentos simultaneamente político e ideológico (FERREIRA, 2013: 95).

Caminha assim, no mesmo sentido de uma Arqueologia do Presente, que parte da premissa de que *em vez de escrever impossíveis etnografias do passado (etnografia implica o tempo presente), devemos produzir arqueologias do mundo contemporâneo* (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2009: 19-20). Dois são os pontos chaves dessa abordagem, que nos remetem a uma postura simétrica. Primeiro nela não há distinção entre passado e presente, eles estão inextricavelmente unidos. Segundo consiste em tomar como parte de seus objetivos “os programas de desenvolvimento e as interferências estatais na vida das comunidades que estuda” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2009: 20-21).

COMO FICA A MUSEOLOGIA

Ao pontuar o estado no qual se encontra a Museologia contemporânea, Manuelina Duarte Cândido (2003: 49) afirma que “qualquer que seja a Museologia, vem sempre se baseando na definição de vértices correspondentes ao homem, ao objeto e ao espaço, de onde partem as relações”.

Tal percepção nos remete ao conceito fato museal, cunhado por Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (1990), que o define como a “relação entre o homem e o objeto em um cenário” (*apud* BRUNO, 2000: 35). A reelaboração do fato museológico abarca a relação entre “homem – público, audiência, grupos especiais, comunidade; e objeto – coleção/acervo, referência patrimonial, indicadores da memória; em um cenário –

mundo ideal não haveria, portanto, necessidade da existência de cientistas ou políticos (Latour, 2004) já abrindo, de antemão para a necessidade de estudos multivocais e descolonizadores.

edifício/instituição, espaço aberto, múltiplos espaços, território de intervenção” (WICHERS, 2010: 38).

A utilização dessa tríade está ligada às diferentes tendências da nova Museologia, a partir da qual se deu um alargamento conceitual que dissociou a obrigatoriedade da formação de coleções do processo museológico, e demonstrou a vocação territorial dos museus (CÂNDIDO, 2003: 179-185). Tais vertentes envolvem desde o estudo da finalidade e organização dos museus até o estudo da relação específica entre homem e realidade (idem).

Segundo Whichers (2010: 37) Waldisa Rússio Guarnieri já enxergava o museu apenas enquanto uma “base institucional necessária ao fato museológico”. Retirando então a “base institucional” do museu, percebido enquanto local onde se estabelecem as relações, temos uma aproximação da abordagem arqueológica, demonstrando uma continuidade no que tange à utilização interdisciplinar da Museologia e Arqueologia, caminhando assim no mesmo sentido das propostas de Musealização da Arqueologia (BRUNO, 2000; WICHERS, 2010).

Nesse sentido estudos de Arqueologia da paisagem já apontam que lugar tem adquirido um senso oposto a espaço, nos remetendo à dicotomia Natureza/Cultura (WHITRIDGE, 2004: 213). Isto porque “espaço se refere ao universal, abstrato, qualidade quantificável da extensão espacial, especialmente como concebida e desenvolvida por ciências objetivistas, como a Física, ou Planejamento urbano ou, para este assunto, Arqueologia” (idem: 214). “Lugar, por outro lado, é tomado para referir a qualitativo, historicamente emergente, modo experimentalmente fundamentado de habitar (*inhabitant*) ou habitação (*dwelling*) no mundo, que investe determinados locais com significado individual-pessoal e coletivo” (ibidem). Portanto, definem lugar como local onde o “conhecimento adquirido/ganhado por história de vida reside” (ZEDENHO e BOWSER, 2009: 01) e apontam que ele se difere de espaço por causa da “interação, ação, memória e significado” (WELCH, 2009: 07).

Assim, e novamente prezando por uma continuidade nos estudos arqueológicos e museológicos é possível perceber um território formado por uma trama de lugares participantes da história de vida dos artefatos e chamar atenção para uma ideia de território patrimonial, passível de intervenção (BRUNO, 2000; WICHERS, 2010).

Se por um lado temos a percepção e a possibilidade de estudo do fato museal numa perspectiva simétrica, de outro temos o contato intenso com esses “novos museus” que, baseados nas propostas de Waldisa Rússio Guarnieri e Paulo Freire, tentam apontar para novas diretrizes. Estas, no que concerne à função dos museus, estariam focadas no desenvolvimento da criatividade, do senso crítico e da consciência (CÂNDIDO, 2003: 193), com destaque dado ao potencial dos museus de se inserirem na realidade e agirem sobre ela (idem: 172) e também na compreensão da identidade como plural, onde o museu é mediador dessa pluralidade (ibidem).

A instituição museu se apresenta aqui como “intermediário, um lócus onde as contribuições culturais das minorias devem ser expostas e compreendidas” (CÂNDIDO, 2003: 36), e a Museologia “disciplina aplicada voltada para o estudo e a experimentação da

relação entre as sociedades e suas referências patrimoniais” (BRUNO, 2000:2), ou, disciplina voltada para o estudo e experimentação do fato museal.

Niveladas as assimetrias, a Museologia tem então (partindo do conceito de fato museal), o potencial de indicar as diferentes relações entre humanos e materialidade, estabelecidas quando tais artefatos entram em um processo de musealização, que se dá através das etapas de salvaguarda e comunicação (BRUNO, 1995; 2000). Se o que está em jogo são as relações e os coletivos, há necessidade de se chamar atenção para a maneira através da qual essas relações se estabelecem em um contexto no qual, à materialidade é instituída propositalmente informações, sentimentos e sentidos, como é o caso das ações dos museus.

ESTUDOS DE CASO

É importante destacar que a partir do momento que se pretende uma abordagem territorial, os locais de procedência, museus, sítios arqueológicos, comunidades de artesãos e demais lugares e coletivos, passam a ser tomados como participantes da vida dessa população de artefatos.

Colocados em mesmo patamar, estes passam a compor, junto aos demais locais, um território atuante nas relações coletivas. Neste estudo de caso, com base no levantamento desses locais, definiu-se a mesorregião metropolitana de Belo Horizonte (ver imagem 1 – Mapa território).

Assim, a partir do conceito de longa história de vida das vasilhas de pedra-sabão mineiras pretendemos abordar três etapas específicas dessa história, e os seres e coletivos a ela relacionados. Destaca-se, também que o estudo etnoarqueológico com foco no aparato gestual e as análises técnico-tipológicas das coleções arqueológicas e etnográficas não serão aqui descritas detalhadamente, porém elas são citadas em alguns pontos para subsidiar abordagens que convergem perspectivas etnoarqueológica, museológica e de estudo das coleções que se unem em torno da teoria arqueológica⁷.

1- A comunidade de artesãos de Cachoeira do Brumado – Mariana, MG.

O primeiro exemplo refere-se à etapa de gestação e nascimento das vasilhas de pedra-sabão representado pelo estudo etnoarqueológico desenvolvido em uma das comunidades produtoras atuais⁸.

Estudos historiográficos indicam que o arraial surgiu nos primórdios do século XVIII quando João Pedroso e João Lopes Pereira, dois dos primeiros descobridores de ouro nas Minas Gerais, iniciaram o arraial e criaram a primeira capela de Cachoeira do Brumado (Instituto Terra Brasilis, 1999: 09). No centro do distrito situa-se o ribeirão do Brumado, utilizado como ponto de referência pelos visitantes e moradores, e que forma uma cachoeira que dá nome ao local.

7 Para o aprofundamento das questões metodológicas ver Melquíades, 2011.

8 A comunidade situa-se no distrito de Cachoeira do Brumado localizado 20km a leste de Mariana, tem uma população de 3.520 habitantes, dos quais 1.105 encontram-se na sede urbana e o restante distribuídos nos povoados da zona rural (Instituto Terra Brasilis, 1999: 28).

Atualmente, há um imenso esforço por parte de alguns membros da comunidade para construir uma história local, uma vez que esta foi deixada de lado frente aos estudos historiográficos tradicionais ligados aos centros urbanos e à mineração. Há uma pesquisa escolar feita pelos então alunos da oitava série da Escola Estadual Dona Reparata que pretendeu abordar a “Historia de Cachoeira do Brumado com Ênfase na Evolução do Artesanato” (BORGES, s/d) que demonstram claramente “a vocação para o artesanato que o local tem” (idem), sendo eles de três tipos: pedra-sabão, madeira e tecelagem. O primeiro predomina no fazer panela, o segundo em peças e decoração de inspiração animal e vegetal, tanto aplicado à mobiliária quanto a artigos de decoração e uso doméstico e a tecelagem é voltada principalmente para a tapeçaria.

No caso das panelas de pedra-sabão, de interesse dessa pesquisa, as atividades são voltadas para o comércio local e, por terem maior valor econômico, são afazeres por eles definidos “trabalho”. Nos poucos casos onde há participação de adolescentes, estes são responsáveis apenas por uma das etapas do processo produtivo: colocar alça e polir, por exemplo. Eles afirmam estar nessa “profissão” apenas temporariamente. Essa relação está ligada a uma ruptura do exercício com o processo criativo, indicando uma especialização do trabalho.

Contribuindo para tal concepção, teríamos a ideia de que nesse caso

“as condições de produtividade social se caracterizam mais por tarefas mecânicas e fragmentárias, exigindo uma concentração obsessiva em poucos atos e gestos sempre recorrentes. (...) Transformando-se numa minúscula peça de uma vasta engrenagem que desconhece, e sem meios de identificação interior, o indivíduo perde o sentido de seu próprio agir. Seu trabalho torna-se um agir indiferente, com materiais indiferentes, diante de um processo global igualmente indiferente. E, sem possibilidades de vincular-se afetivamente ao fazer, ele deixa de criar” (OSTROWER, 2003: 49).

A atividade de produção que se sobressai na comunidade é a de panelas de pedra-sabão. A produção apontada no ano de 1999, cerca de 2.500 peças por mês, é desenvolvida tanto na zona urbana quanto rural (Instituto Terra Brasilis, 1999: 28). Esta produção destina-se ao abastecimento do comércio e turismo cultural presente na região, e à exportação para outros Estados brasileiros e para o exterior. A venda se faz de porta em porta, sob encomenda para clientes fixos e revendedores, ou na “Feirinha de pedra-sabão” situada no Largo do Coimbra, centro histórico de Ouro Preto.

Os grupos se organizam de diferentes maneiras no processo produtivo. A primeira diferença é quanto ao tipo de torno. Nas oficinas que estão em atividade, a maioria é elétrico, restando, em Cachoeira do Brumado apenas dois hidráulicos, e só um estava em atividade quando estive no local.

Outra característica que varia é quanto ao acesso à matéria-prima. A ação das mineradoras na região, principalmente a partir da década de 1970-80, deu fim às jazidas mais superficiais, de fácil acesso aos artesãos. Isso fez com que estes passassem então a comprar o

estéril⁹ dessas empresas, alterando profundamente a dinâmica de contato com a materialidade, principalmente durante o processo produtivo (CASTILHOS ET AL, 2006; BEZERRA, 2002; Instituto Terra Brasilis, 1999).

Os aspectos materiais em si, já são indicadores da importância que a produção desses artefatos tem na conformação do povoado. Aproximadamente 70 metros jusante à queda d'água, há ruínas da antiga represa que abastecia todo o arraial e uma grande quantidade de tornos para a produção das painéis. As informações orais indicam que a represa tem no mínimo 100 anos e que suas comportas ainda estão no fundo do rio.

Negativos dos antigos tornos hidráulicos também são notórios na comunidade, principalmente na região central. Um artesão mostrou negativos do torno hidráulico utilizado por seu pai. A oficina situava-se em média encosta, na parte externa da casa, a aproximadamente 20 metros. Era abastecida por um canal que trazia água da represa até o centro do distrito, abastecendo também outros tornos que por ali havia.

Com essas características gerais, o distrito de Cachoeira do Brumado é definido na pesquisa como participante das relações coletivas que perpassam a história de vida da população de artefatos em questão. A ação das grandes mineradoras somado à ausência de estudos, e políticas públicas que contemplem esses seres e coletivos, e tenham como objetivo sua valorização, leva ao perigo de extinção de um saber tradicional e patrimônio cultural, caracterizando a primeira etapa de abandono.

Não obstante todos os debates acadêmicos, relativizações e revisões das questões ligadas ao conceito de patrimônio e suas implicações, principalmente as legais, no mundo contemporâneo, acreditamos que a aplicação de políticas públicas e a legislação sobre o tema ainda está impregnada de assimetrias. Para citar a legislação brasileira¹⁰ (Bastos, 2008; Miranda, 2006), o Livro de Registro dos Saberes do IPHAN é um “instrumento legal de reconhecimento e preservação dos bens culturais de natureza imaterial”¹¹ (IPHAN, 2006). No entanto “o patrimônio arqueológico, embora material, é irremediavelmente ligado ao patrimônio imaterial das populações”¹² (SILVA, 2009: 217).

Assim, como propor o registro de uma tecnologia e saber tradicional (imaterial) em vias de extinção, por exemplo, sem que se registrem os artefatos e lugares (materialidade) fundamentais nesse processo relacional de constituição mútua entre humano-materialidade que caracteriza as tecnologias, habilidades e modos de existência. Rompendo bruscamente com o dualismo sujeito/objeto passamos a aceitar que ambos (imaterial e material) são agentes da relação, se emaranhando e dando vida a (novos) seres e coletivos.

Os estudos etnoarqueológico com foco no aparato gestual e tecnológico, das coleções arqueológicas e etnográficas, somado ao de documentação histórica, indicam a participação das

9 Entende-se por estéril as partes da rocha mãe que não são de utilidade para as mineradoras sendo, por isso, vendidas aos artesão (Instituto Terra Brasilis, 1999).

10 Refiro-me tanto aos aspectos mais gerais e históricos da legislação, como são apresentados Constituição Federal de 1988, quanto a instituições mais recentes, como a PORTARIA IPHAN 230, de 17 de dezembro de 2002, no Livro de Registro dos Saberes do IPHAN, criado através do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 e no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC/IPHAN-MG) de 2000.

11 Criado através do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.

12 Isto porque ambos passam a fazer parte das relações coletivas e de constituição mútua, onde o caminho é a associação, e não a dissociação entre aspectos materiais e imateriais, que devem ser compreendidos de maneira relacional.

figuras históricas dos artesãos, além de aspectos de uma dinâmica rica que envolve os fazeres manuais e ofícios nos períodos colonial e imperial brasileiro. Ao contrário da associação direta ao nome de Aleijadinho e ao Barroco mineiro, foi possível perceber a participação de uma gama muito mais extensa e dinâmica de agentes humanos (europeus, africanos, brasileiros, indígenas, brancos, negros, pardos, livres, forros, escravizados, ex-escravizados, pedreiros, carpinteiros, oleiros, marceneiros, entre muitas outras) e não humanos (artefatos, formas, tecnologia empregada, paisagem, território, entre outros), onde a relação entre pessoas e coisas e a vida das coisas é crucial para a compreensão da identidade mineira como plural e em constante (re)construção, igualmente viva (MELQUIADES, 2011; 2012).

2- A “Feirinha de pedra-sabão” do Largo do Coimbra – centro histórico de Ouro Preto, MG.

O segundo caso refere-se à etapa de circulação da história de vida dessa população de artefatos, construída a partir do estudo etnoarqueológico com foco na paisagem feita na atual Feira de artesanato do Largo do Coimbra ou “Feirinha de pedra-sabão”, como é popularmente conhecida. O adjetivo “de pedra-sabão” aparentemente foi dado na década de 1980, e está associado à grande maioria dos artefatos que são produzidos na região e expostos e vendidos no local.

Um fator de grande influência para a prosperidade da feira parece ser sua localização, no centro histórico de Ouro Preto – MG, a menos de 200m da Praça Tiradentes, em frente à igreja São Francisco de Assis, uma das “obras primas” de Aleijadinho. O Largo do Coimbra tem ainda ligação direta com a Rua Cláudio Manuel e Conde Bobadela, antiga rua Direita, principal via das cidades coloniais e, atualmente um dos principais eixos turísticos da cidade.

No discurso dos feirantes percebemos a localização da feira enquanto fator determinante de sua existência, destacando sua relação de integração com o restante da malha urbana¹³. Ao falar sobre a falta de propaganda da feira, Cor Maria, feirante e artesã, afirma que “não há propaganda devida e necessária. Ouro Preto vende por si só. Não há divulgação sobre a feirinha”. No discurso percebemos a propaganda da feira como uma extensão da propaganda da cidade, por estar em um espaço aberto, e “*não havendo muros, não há divisão*”. A atual feira e a cidade de Ouro Preto, nesse sentido, se emaranham (HODDER, 2006), passam a compor o mesmo coletivo, possibilitando que suas qualidades, características e propriedades permutem. Nas palavras de um dos artesãos-feirantes: *A propaganda é natural. Ouro Preto é conhecido internacionalmente e, quando os turistas visitam a cidade acabam vendo a Feirinha aqui e visitando e comprando algo* (Fernando Cesar).

Ao que indicam os relatos orais a feira foi, e é eventualmente utilizada como objeto de barganha política. Em situação descrita por alguns feirantes eles teriam ouvido frases que nos remetem à coerção política por meio do uso do espaço: *Se vocês não me apoiarem eu tiro vocês de lá!*

13 Tanto que, ao que indicam as informações levantadas, o espaço da feira só é inventariado pela prefeitura de Ouro Preto enquanto parte do complexo urbano e centro histórico. Espaço, nessa perspectiva vista enquanto estático não considerando, portanto especificamente a feira-livre e suas qualidades como lugar significativo e de atividade tradicional.

A resistência dos feirantes e de parte da sociedade se materializa tanto no discurso de que “não temos o apoio de ninguém, mas continuaremos aqui” (Tarcísio Moreira Couto, artesão-feirante), quanto no manifesto publicado no jornal “Imperial Cidade de Ouro Preto”, no ano de 2011 no qual consta uma crítica ao projeto atualmente em trâmite da prefeitura municipal de transferência da feira do Largo do Coimbra para o prédio da antiga Santa Casa (TÁRCIA, 2011. Ver imagem 2).

Em termos das pouquíssimas informações que existem sobre a feira, a primeira referência é de 1824 quando a Câmara municipal resolve instituir “uma ‘feira’, com esse nome mesmo, no Largo do Coimbra, região central de Ouro Preto” (TÁRCIA, 2011). É possível, no entanto, que a utilização desse espaço enquanto local de feira tenha se iniciado antes mesmo dessa data. Não se sabe ao certo quais as características da materialidade que comportavam a feira nesse período, porém uma fotografia de Marc Ferrez em 1880 mostra um telheiro sobre vigas ou esteios, formando um avarandado¹⁴ (ver imagem 3).

A primeira referência ao termo Mercado parece ter sido em 1856, quando declaram ser ‘a praça do Mercado a casa (...) edificada no Largo do São Francisco de Assis’ (TÁRCIA, 2011). No entanto, foi em 1892 que o governo de Minas decidiu construir um edifício para abrigar a feira ou no discurso oficial o “Mercado Municipal”, conforme pode ser visualizado na imagem e foto datadas de 1940 (ver imagem 3). Para isso, substituiu as antigas estruturas por um prédio neoclássico (VIEIRA, s/d).

A transição de um espaço aberto, para um espaço edificado, fechado, nos remete a uma domesticação de espaços, coisas e corpos, indivíduos e coletivos, conforme vem sendo colocado pela arqueologia da paisagem, mais especificamente da arquitetura do mundo capitalista (ZARANKIN, 2005; 2002). Tal qual aponta essa vertente de pesquisa arqueológica, e no caso específico da presente pesquisa, esses ambientes construídos “cumprem um papel fundamental como elementos domesticadores-disciplinadores, cujos efeitos ideológicos, uma vez internalizados, estarão sempre presente ao longo da vida” (ZARANKIN, 2005: 36).

Nesse caso, parece que as relações podem ser percebidas através da definição de colonialismo, definido como projeto e práticas de controle empacotados nas interações entre coletivos ligados por relações assimétricas de poder, e os processos de transformação social e cultural resultantes dessas práticas que, não necessariamente envolvem o controle coercitivo e político¹⁵ (DIETLER, 2005: 54). A própria mudança no termo aparentemente presente na documentação histórica, de “Feira” para “Mercado”, pode ser indício de uma tentativa de controle do Estado sobre esse coletivo, estreitando relações, nesse caso com intuito de ação e controle também político, caracterizando uma colonização (*idem*).

Ao que aparenta a edificação ficou praticamente abandonada durante mais de 30 anos (Vieira, s/id: 08). A partir da análise de pareceres, relatórios e cartas trocados entre os técnicos do SPHAN, entre 1944-45, Liliane de Castro Vieira (s/id.) observo a intenção de demolir o mercado municipal para a utilização do espaço enquanto área de lazer público

¹⁴ Devido ao limite de imagens não foi possível a inserção da foto em questão. No entanto, consta um desenho feito com base nas fotografias de época.

¹⁵ Nesse sentido as relações variam em contexto, indo desde questões como a colonização sendo solidificada ou mantida pelo colonialismo, e o colonialismo que atua sem a subjugação política da colonização (Dietler, 2005).

(idem: 11). A autora associa tais eventos e o processo de reestruturação desse espaço à instituição de uma política patrimonial, colonialista e nacionalista moderna que, através dos órgãos de gestão do patrimônio como o SPHAN na época e do movimento modernista, se desfazem do neoclássico e elegem o que é “genuinamente” colonial, mineiro e nacional, com destaque, nesse caso para a possibilidade de dar visibilidade à igreja de São Francisco de Assis (idem).

Construída a área de lazer – praça – há um processo de (re)ocupação e (re)utilização desse lugar enquanto espaço de feira-livre novamente aberta. Este processo pelo qual passou a Feira e o Largo do Coimbra durante esse período ainda é bastante confuso e leva a interpretações preconceituosas e simplistas que datam a formação da feira do Largo do Coimbra apenas na década de 1980, deixando de fora mais de 180 anos de história. Nesse sentido, encontramos referências de que:

“Não se tem registro sobre a data em que a feirinha se formou. O que se sabe é que, durante a segunda metade do século XX, especialmente em meados da década de 1980, Ouro Preto recebeu grande número de *hippies*, que ocupavam o largo de Coimbra para expor trabalhos artesanais. O exemplo foi seguido por artesãos locais e, atualmente, a Feirinha de Pedra Sabão se constitui numa ocupação irregular da década de 1980.” (COSTA, 2009: 11).

Ao que indicam as informações dos feirantes, no entanto, é na década de 1980, com a chegada dos *hippies* que o local passa a ser reivindicado enquanto “Feira de artesanato do Largo do Coimbra”, que é então reconhecida pela prefeitura enquanto tal, garantindo provisoriamente o direito de uso do espaço pelos feirantes para o sustento de suas famílias.

Desde então, e desembocando na criação da “Associação dos Expositores do Largo do Coimbra – ADELCO” em 1999, os feirantes vem tentando uma articulação e coesão enquanto coletivo para ganhar força política e poder de barganha junto aos órgãos e instituições públicas na defesa de seus direitos, e na busca de melhoras em suas qualidades de vida, porém, aparentemente sem grande sucesso. Por isso, no manifesto publicado em 2011 percebemos a intensidade da resistência que persiste até os dias atuais, oferecida pelos feirantes e parcela da sociedade.

“Calcularam (os modernistas que visitaram Ouro Preto no século XX) quanto valia a cidade que os ouro-pretanos conservaram a duras penas. (Lembrando que 40% da população se fora para BH). Achando que estava ótima para explorar turistas, se apossaram dela em 1937. Se o povo deixou? O povo estava muito enfraquecido. Em cerca de 1940, demoliram o mercado para se apossar do largo. Os ouro-pretanos reagiram, ocupando a área com um festival do vinho e, a seguir, com a feirinha de artesanato. E aí estão eles, tentando fechá-la. Resistiremos? Sem dúvida, pois é coisa nossa. E porque 187 anos não são 187 dias”(Tárcia, 2011; acréscimos do autor).

Mais do que uma briga política pela posse e direito sobre esse lugar, visto enquanto coletivo, percebemos, na proposta de transferência da feirinha do Largo do Coimbra para o antigo prédio da Santa Casa, uma nova tentativa de domesticação do espaço e dos indivíduos,

tal qual fracassada no século passado. A Arqueologia, através das relações com a materialidade, é capaz de detectar essas assimetrias e perceber, a partir dos mesmos termos, resistências cotidianas, de pouca projeção, que geralmente passam despercebidas.

A ausência de informações sobre a história de vida desse coletivo (feira) leva ao seu abandono que pode ser percebido também na propaganda oficial que é feita sobre a feira. Além da ausência de informações em museus e de uma propaganda efetiva sobre a feira, atualmente há apenas dois conjuntos informativos presentes no Largo do Coimbra.

Um *banner* com informações-propaganda sobre a Feira de artesanato no qual constam dados sobre os produtos e o funcionamento da feira, tais como: *Artes em Pedra Sabão, Prata, Camisetas, Pedras Preciosas e Semi-preciosas (...)*; faz referência superficial aos artesãos e reduz a abrangência dos artefatos produzidos e vendidos na feira: *Vendidas pelos próprios artesãos de Ouro Preto e Distritos*; e destaca os fatores comerciais e de funcionamento: *Venha conferir. Temos os melhores preços. Aberta todos os dias de 7:00hs às 19:00hs.*

Um segundo, adjacente a ele, feito em metal intitulado *Conjunto Largo do Coimbra* que conta também com um mapa do lugar e uma versão em inglês (ver imagem 4). Nele consta uma descrição da paisagem urbana do Largo, com dados ligados às edificações históricas que o compõem, novamente destacando “os grandes feitos dos grandes homens”, a plena atividade intelectual e cultural, o barroco mineiro e Aleijadinho. O texto inicia sugerindo erroneamente que a feira só existiu posteriormente à construção do mercado.

É necessário esclarecer, com base no estudo aqui apresentado que a feira-livre do Largo do Coimbra existe antes da edificação do Mercado. Segundo as informações levantadas a feira ocupa este lugar ao menos desde o início do século XIX com possibilidade de ser ainda mais antiga. Apenas sua adjetivação como “de artesanato de pedra-sabão” é recente, mais especificamente da década de 80 do século passado.

A ausência de informações sobre a história de vida da feira do Largo do Coimbra e os maus entendidos sobre a participação e dinâmica desse coletivo (feira) e espaço-lugar (Largo do Coimbra) no processo histórico levam a construções de abordagens simplistas e reducionistas que não consideram sua plena participação no mundo comum, o que gera novamente a reprodução de posturas assimétricas e colonialistas que, nesse caso são ainda propagadas a um público leigo.

3- O Museu da Inconfidência – Ouro Preto, MG.

O terceiro caso refere-se à etapa de vida na qual os artefatos entram em processo de musealização e é representado pelo estudo desenvolvido no Museu da Inconfidência¹⁶. O Museu da Inconfidência foi criado durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) que, com maestria conseguiu lidar com um jogo ideológico que teve como intuito forjar heróis para firmar o Regime em questão, como os personagens históricos, Aleijadinho e Tiradentes, associados a uma identidade mineira e nacional. A exaltação de uma expressão

¹⁶ O Museu da Inconfidência (MI) situa-se na Praça Tiradentes, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais (ver Figura 28). Sua constituição jurídica de 1938, promulgada pelo então presidente Getúlio Vargas, *Instituição* do MI mediante Decreto-lei e nº 965, de 20 de dezembro de 1938. Aberto ao público 1944 (MOURÃO, 1995; 1999).

cultural também se dá através das referências ao Barroco que, no caso brasileiro, tem maior projeção e visibilidade nesse período.

A ideia da criação do MI é atribuída à chegada das cinzas dos Inconfidentes, mortos no exílio, que foram então enviadas da África para o Brasil por determinação do próprio presidente Vargas. Ouro Preto também havia acabado de receber o título de “Monumento Nacional”, dando início ao processo de tombamento de alguns conjuntos urbanos (MOURÃO, 1994; 1999).

Nesse contexto, seu conceito gerador foi o de “preservar a memória da inconfidência mineira” (MOURÃO, 1999: 135) e sua abertura ao público se deu em agosto de 1944, ano em que se comemorava o bicentenário do poeta e inconfidente Tomás Antônio Gonzaga.

Hoje, a instituição tem sob sua responsabilidade a salvaguarda de uma coleção composta por diferentes tipos de artefatos de pedra-sabão em diferentes situações (salvaguarda e/ou comunicação). Entre estruturas hidráulicas, formas de doce, e até mesmo exemplares de telhas tidos como “raros”, encontramos sete vasilhas que foram analisados na pesquisa. Compondo esse universo temos dois barris e suas respectivas tampas, duas painéis e um alambique.

Segundo a documentação de catalogação interna do MI, organizada pelo Cônego Raimundo Otávio da Trindade e datada do ano de 1946, consta “Um alambique de pedra-sabão localizado no 1º Pavimento, Sala VIII, conhecida por Sala das Cadeiras e por Sala da Pedra-Sabão”¹⁷. Outro documento elaborado pelo museólogo Orlandino Seitas Fernandes, nos anos de 1954-55, informa a localização de tais artefatos na “Sala IIB (conhecida como Sala da Pedra-Sabão)”. Chama atenção, em uma análise conjunta dos documentos, a mudança na nomenclatura técnica referente à localização das salas (de Sala VIII para Sala IIB), porém a referência à “pedra-sabão” como denominação para a sala expositiva permanece.

Atualmente, no MI estão expostos na sala “Vida Social”, a segunda do percurso museológico sugerido, dois barris e suas respectivas tampas, uma frigideira e um alambique de pedra-sabão (ver imagem 5: Sala Vida Social - MI). Ao entrar na sala o visitante se depara imediatamente com uma mesa com um tacho de madeira (ver imagem 5, conjunto expográfico 4).

Aproximadamente um metro à esquerda deste conjunto encontra-se uma bancada de metal, em “L”, com a quina quase alinhada com a aresta da parede. Suas extremidades, o que seria o início e o fim da bancada, estão voltadas para a entrada e a saída da sala (ver imagem 5: Sala Vida Social - MI).

Na quina da bancada de metal em “L”, dentro de uma redoma de vidro, com luzes fracas incidindo diretamente sobre ele, encontra-se o alambique de pedra-sabão (ver imagem 5, conjunto expográfico 1).

Na extremidade que aponta para a saída da sala, também envoltos em uma redoma e com média luz incidente, encontram-se dois exemplares de formas de doce em pedra-sabão e seus respectivos positivos em gesso (ver imagem 5, conjunto expográfico 2).

¹⁷ Ficha de Catalogação Museu da Inconfidência – SCAM *Sistema de Controle do Acervo Museológico* – Impressa em 2008. Nº de inventário 2774.

Em situação diagonal direita ao alambique, encostado na parede ao fundo, atrás da mesa com o tacho de madeira, encontra-se uma bancada (conjunto expográfico 3) – parte constituinte da edificação – onde estão expostos dois barris e suas respectivas tampas e uma frigideira entre eles.

Numa configuração geral, percebemos que a bancada em “L” encontra-se em situação de guia para os visitantes, como indicador de um possível percurso que a toma como baliza. Ao adentrar a sala, esta bancada junto à mesa de madeira com o tacho (ver imagem 5, conjunto expográfico 4) gera uma sensação de barreira, incorporando talvez a função de uma vitrina de vidro, impedindo o acesso do visitante aos artefatos que estão próximos à parede do fundo (as vasilhas de pedra-sabão).

Ao seguir o percurso sugerido, o visitante se depara inicialmente com o Alambique, peça chave da expografia e, em seguida, se depara com as formas de doce. Os barris e a frigideira ficam ao fundo, como coadjuvantes.

Essa configuração, que tem como ponto central a barreira sensorial, divide ainda o espaço da sala em dois opostos. Na maior área, que abrange quase toda a sala partindo da barreira em sentido à porta, diagonal e saída, encontramos uma área de livre circulação. A própria disposição paralela de duas bancadas de metal, onde se encontram expostos artefatos de uso cotidiano (louça, talheres, entre outros), passa a sensação de trânsito nos dois sentidos, como uma via de mão dupla. Em oposição, encontramos uma pequena área de mais difícil acesso aos visitantes, um espaço de circulação mais restrito e menos convidativo, no qual encontramos os dois barris e a frigideira.

Entre o movimento visual e físico que vai do Alambique para as formas de doces, o visitante verá um grupo de artefatos situado ao fundo, que será, no entanto, muito pouco explorado devido à configuração e disposição dos componentes na sala. Devido à localização da bancada de metal em “L” junto ao conjunto expositivo quatro, e ao percurso sugerido, a pessoa se aproximará do Alambique e das formas de doce, deixando a aproximação com os demais artefatos, (conjunto expográfico 3) à mercê das circunstâncias, da vontade e do interesse do visitante.

Os artefatos de pedra-sabão expostos na bancada de metal encontram-se em pontos de quebra ou mudança de movimento (conjunto expográfico 1 na aresta; e 2 próximo ao final da bancada). A aresta, onde está o alambique, indica uma mudança de orientação, enquanto a proximidade com o final da bancada leva à uma sensação de maior liberdade espacial. O visitante tem nesses pontos, uma tendência a parar, e induzido pela proximidade física, observar esses artefatos, estando assim não só mais atento aos detalhes como mais próximo à experiências e sensações.

Corroborando com essa ideia de maior atenção dada a este artefato, podemos nos remeter aos textos explicativos, situados entre o alambique e as formas de doces, em uma placa de metal (ver imagem 6: Textos – Sala Vida Social – MI). O discurso apresentado faz referência ao universo diverso de formas e funções dos artefatos de pedra-sabão, porém, nota-se palavras que denotam maior significância a determinados significados, como “raro” ao se referir ao alambique, e também ao citar os trabalhos de “Aleijadinho” em Congonhas do Campo. Relegando assim, os demais utensílios de pedra-sabão a segundo plano,

representados apenas como “equipamento de cozinha” e transportando, por conseguinte, toda a carga criativa e social do fazer ao escultor, consolidado como ícone da história de Minas Gerais.

Considerando a materialidade não apenas em seu caráter espacial, as marcas de vida presentes nos artefatos também podem ser citadas na busca das relações estabelecidas. A frigideira (ver imagem 7) exposta na sala apresenta, em sua face externa, resquícios de fuligem que denotam seu contato com o fogo. Esses vestígios, no entanto, são percebidos somente em pontos específicos da superfície e em camadas finas, havendo negativo da retirada das crostas - como aparece em outros indivíduos analisados na pesquisa. Nesse mesmo indivíduo, há marcas da ação de um instrumento, provavelmente uma espátula, utilizada na remoção da fuligem. O gesto da retirada da fuligem com uma espátula – feito durante a curadoria do material ou então pelo antigo proprietário (Antiguidades Toledo), denota a retirada de características físicas da materialidade que levem o visitante a perceber sua funcionalidade, seu cotidiano, numa tentativa de apagar os vestígios materiais de determinado período de sua história de vida.

Durante o trabalho de campo no Museu da Inconfidência¹⁸ ficou claro que a grande maioria dos visitantes não se aproximava dos artefatos próximos à parede. A maioria deles adotou a opção pelo espaço de maior circulação, reforçando a ideia da intervenção da barreira sensorial. Nesse caso, os visitantes paravam antes da bancada de metal. Um terceiro comportamento percebido foi o de que os visitantes, após terminarem o circuito proposto, ou seja, após seguir o percurso sugerido pela bancada, davam a volta, e então paravam em frente, próximo a esse conjunto expositivo para uma apreciação mais detalhada.

APONTAMENTOS FINAIS

Ao trabalhar com o conceito de história de vida de uma população de artefatos e abordar questões territoriais, é possível perceber verticalidade e horizontalidade nessas relações de abandono. Verticalidade, pois há uma desconsideração de seres e coletivos durante diferentes etapas da história de vida dessa categoria de artefatos.

No caso do processo produtivo (gestação de nascimento das vasilhas) associados às comunidades de artesãos atuais – aqui representadas comunidade de Cachoeira do Brumado (Mariana) –, o abandono leva à real possibilidade de perda desse fazer e conhecimento tradicional. A ação das grandes mineradoras, somada à falta de incentivo, ações e políticas públicas e programas que visem a valorização deste fazer tradicional, leva a interpretações simplistas que associam essa produção histórica a Aleijadinho e ao Barroco mineiro, contribuindo com a manutenção de perspectivas colonialistas.

No caso da etapa de vida referente à circulação desses artefatos, aqui representado pela “Feirinha de pedra-sabão” do Largo do Coimbra, o caso é ainda mais extremo, pois, além de haver uma desconsideração com relação a história de vida desse coletivo, logo também das pessoas a ele relacionadas, há uma tentativa de controle sobre as atividades e espaço da feira.

¹⁸ O trabalho de campo no Museu da Inconfidência englobou tanto o estudo técnico das coleções quanto o acompanhamento das visitas no Museu. Eles foram feitos em um período de 10 dias no mês de Julho de 2009.

No caso da etapa de vida referente ao processo de musealização desses artefatos, tomamos como caso o Museu da Inconfidência. Nele, como visto encontramos exemplares despidos de sua funcionalidade cotidiana. Além disso, há ainda uma barreira sensorial que deixa o material utilitário de pedra-sabão em situação secundária frente aos demais artefatos (formas de doces e alambiques) e os textos e auxílios didáticos fazem referências novamente ao Barroco mineiro e à Aleijadinho. Em contraponto, a menos de 200 metros do museu encontra-se a “Feirinha de pedra-sabão” do Largo do Coimbra, onde artefatos genuínos são comercializados, além das comunidades de artesãos atuais nos arredores de Ouro Preto e Mariana.

Segundo Bruno (2000: 42) o novo Museu deve ser um instrumento de desenvolvimento social e cultural a serviço de uma sociedade democrática, não priorizando a homogeneidade cultural e, muito menos, uma identidade nacional. Nesse sentido, e atentando para a interface entre Arqueologia e Museologia, devemos tratar as identidades locais, regionais e nacionais de maneira plural e relacional. Há também a possibilidade de se trabalhar com ações críticas e participativas, trazendo novas vozes para o debate. Nas palavras de Varine-Bohan: “O museu precisa ser descolonizado culturalmente” (1969 *apud* CÂNDIDO, 2003: 42).

Novamente destacando uma convergência das perspectivas museológicas e arqueológicas seria necessário, além de identificar as facetas da musealidade (mesmo as abandonadas), estabelecer estratégias para perseguição do abandono patrimonial (BRUNO, 2000: 63). Uma saída alternativa pode ser vislumbrada nas premissas da Arqueologia pública e comunitária, de prática colaborativa, que demonstram a necessidade de aproximação com as comunidades locais, buscando a superação do “modelo colonialista tradicional da prática arqueológica, investindo na incorporação de perspectivas culturais plurais na investigação e interpretação do passado” (SILVA, 2009: 208).

Ao trabalhar com as perspectivas territoriais da Arqueologia Simétrica, podemos compreender uma mobilidade híbrida dos artefatos, ligada aos coletivos com os quais compartilham determinadas etapas de suas histórias de vida.

A horizontalidade no abandono pode ser percebida partindo dessas premissas. Isto porque se trata de um território desconhecido, cujas ações e políticas públicas de produção e gestão do conhecimento e patrimônio cultural não alcançam, deixando de lado seres e coletivos, nesse caso potenciais protagonistas. A assimetria extrema e sutil, associada a um colonialismo histórico, leva à “natural” desconsideração desses seres e coletivos no processo histórico e nos debates sobre o andamento do mundo contemporâneo, culminando com a (re)produção de perspectivas extremamente assimétricas.

No caso da presente pesquisa, destacamos a necessidade de se estabelecer uma terapia coletiva, baseada no que Alfredo González Ruibal (2008) chamou de “terapia arqueológica”, pautada na construção de abordagens colaborativas, multivocais e descolonizadoras, que considerem os diferentes seres e coletivos relacionados à história de vida das vasilhas de pedra-sabão em Minas Gerais, e que tenha como objetivo final discutir as possibilidades do desenvolvimento de programas de gestão pública e coletiva do conhecimento e patrimônio cultural e arqueológico brasileiro.

Nesse sentido, está em pauta a possibilidade de registro dos artefatos tradicionalmente produzidos nas comunidades para que haja uma valorização do fazer e o aumento no valor dos produtos com selo de “produto cultural”. No caso da “Feirinha de pedra-sabão” já foi feita uma audiência pública para apresentar a história de vida da feira-livre e destacar tanto a insatisfação dos feirantes-expositores com a proposta de mudança do lugar da feira, quanto reivindicar mudanças estruturais na feira feitas pelos mesmos. No caso do Museu da Inconfidência, nenhuma atitude foi ainda tomada, porém existe a proposta de elaboração de exposição itinerante e documentário que possam circular e serem expostos nos diferentes lugares e museus que tenham relação com essa população de artefatos.

Não se trata de acusar órgãos e instituições pela ineficiência das políticas públicas. Ao contrário, o estudo aqui apresentado faz questão de buscar reconhecer e debater suas possibilidades, esforços, desenvolvimento e potencial. Trata-se de colocar esses modos de existência (também institucionais e legislativos) de maneira análoga aos dos demais. Ao convidar essas instituições públicas para serem colaboradores da pesquisa partimos de uma perspectiva de equidade nas partes e colocamos em contato direto três campos que, se bem articulados e coesos acredito que podem levar a melhora na qualidade de vida coletiva. São eles: comunidades-população, pesquisa científica-acadêmica e políticas públicas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a todos os artesãos e feirantes colaboradores da pesquisa, é muito enriquecedor e gratificante compartilhar com vocês essa construção e experiência coletiva. Aos colegas e professores que compartilham o cotidiano acadêmico com leituras, debates e conversas. Em especial à Professora Cristina Bruno e ao Professor Andres Zarankin pelo apoio, confiança e paciência de sempre. Aos amigos que sempre me fazem lembrar que vale a pena seguir em frente. Em especial à Viviana, Paty Marinho, Rafaela, Erêndira, Camila, Mariana, Gabriela, Claudinho, Alexandre e Valtinho: *Oh, I get by with a little help from my friends*. Por fim, a minha família pela qual sou grato todos os dias e carrego sempre em meus pensamentos e coração: amo vocês.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bastos, R. L., & Souza, M. C. 2008 *Normas e gerenciamento do Patrimônio Arqueológico* (2 ed.). São Paulo: 9a SR/IPHAN.
- Bezerra, O. M. de A. 2002 Condições de vida, produção e saúde em uma comunidade de mineiros e artesãos em pedra-sabão em Ouro Preto, Minas Gerais: uma abordagem a partir da ocorrência de pneumoconioses. Tese de Doutorado. Escola de Veterinária UFMG.
- Bruno, M. C. 2000 *Museologia: A luta pela perseguição ao abandono*. São Paulo: Tese (Livre Docência) - Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia.
- Bruno, M. C. 2005 Arqueologia e antropofagia: a musealização dos sítios arqueológicos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 31, pp. 234-247.
- Borges, J. A. M. s/id *História de Cachoeira do Brumado*. Ênfase: Evolução do artesanato local. Escola Estadual Dona Reparata Dias de Oliveira. Cachoeira do Brumado, Mariana.

- Cândido, M. D. 2003 *Ondas do pensamento museológico brasileiro*. Cadernos de sociomuseologia, nº 20.
- Castilhos, Z. et al. 2006 *Trabalho familiar no artesanato de Pedra-sabão – Ouro Preto, Brasil*. (IN) Gênero e trabalho infantil na pequena mineração: Brasil, Peru, Argentina e Bolívia. (Orgs.) Zuleica C. Castilhos, Maria Helena Rocha Lima, Núria F. Castro. Rio de Janeiro: CETEM/CNPQ.
- Colwell-Chanthaphon, C. 2009 Myth of the Anasazi: archaeological language, collaborative communities and the contest past. *Public Archaeology*. Volume 8. Número 2-3, 191-207.
- Costa, A. 2009 Espaços públicos para o artesanato local: um estudo comparativo entre equipamentos culturais das cidades de Itabuna (BA) e Ouro Preto (MG). V *ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura* (pp. 1-15). Salvador: Faculdade de Comunicação UFBA.
- Dietler, M. 2005 The archaeology of colonization and the colonization of archaeology: theoretical challenges from an ancient Mediterranean colonial encounter. In: G. J. Stein, *The Archaeology of Colonial Encounters. Comparative Perspectives*. (pp. 33 - 68). Santa Fé: School of American Research Press .
- Fernandes, O. S. 1965 *Museu da Inconfidência – Guia do visitante*. Ouro Preto: DPHAN/MEC.
- Ferreira, L. M. 2010 Território Primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917). Porto Alegre: Editora da PUCRS.
- Ferreira, L. M. 2013 Essa coisas não lhes pertencem: Relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades. *Revista de Arqueologia Pública*, n.7, Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP, pp. 87 - 106.
- Ferreira, L. M., & Funari, P. P. 2009 Arqueologia como prática política. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 4.1, pp. 9 - 12.
- Gell, A. 1998 *Art and Agency: An Anthropological Theory*. Oxford: Clarendon Press.
- González-Ruibal, A. 2007 Arqueologia Simétrica. Um giro teórico sin revolución paradigmática. *Complutum - Vol. 18*, pp. 283 - 291.
- González-Ruibal, A. 2008 Time to Destroy: An Archaeology of Supermodernity. *Current Anthropology*, Vol. 49, Número 2, pp. 247 - 249.
- González-Ruibal, A. 2009 De la Etnoarqueología a la Arqueología del presente. In: J. Salazar, I. Domingo, J. Askarrága, & H. B. (Coords), *Mundos tribales. Una vision etnoarqueológica* (pp. 16 – 27). Valencia: Museo de Prehistoria.
- Guarnieri, W. 1990 Museologia e Identidade. *Cadernos Museológicos*, n.1 & 2.
- Hodder, I. 2006 Çatalhöyük. *The Leopard's Tale. Revealing the Mysteries of Turkey's Ancient "Town"*. London: Thames & Hudson.
- Holtorf, C. 2002 Notes on the Life History of a Pot Sherd. *Journal of Material Culture*, pp. 49 – 71.
- Ingold, T. 2000 *The perception of environment: Essays in Liveliness, Dwelling and Skill*. London/New York: Routledge.
- Ingold, T. 2010 Bringing Things to Life: Creative Entanglements in a World of Materials. *Realities Working Paper No 15 - University of Manchester*.
- IPHAN-MG. 2000 Inventário nacional de referências culturais (INRC). Brasília: IPHAN-Minc.
- IPHAN. 2006 *Ofício das panelas de Goiabeiras*. Dossiê IPHAN; 3: Brasília.
- Instituto Terra Brasilis, Desenvolvimento Sócio-Ambiental 1999 *Diagnóstico preliminar da atividade artesanal em pedra-sabão na região de Ouro Preto e Mariana, MG*. Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis.
- KNAPP, A. B. & Ashmore, W. 1999 Archaeological landscapes: constructed, conceptualized, ideational. In: W. Ashmore & A. B. Knapp (Eds.). *Archaeologies of landscapes: contemporary perspectives*. Oxford: Blackwell Publishing. pp.1-30.
- Latour, B. 2004 *Políticas da natureza: Como fazer ciência na democracia*. Bauru: EDUSC.
- Latour, B. 2005 *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. New York: Oxford University Press.
- Latour, B. 2007 *Nunca fuimos modernos: ensayo de antropología simétrica*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Latour, B. 2011 *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. 2.Ed. São Paulo: Ed. Unesp.
- Latour, B. 2012 Biografia de uma investigação – a propósito de um livro sobre modos de existência. *Biografia de uma investigação – a propósito de um livro sobre modos de existência*. São Paulo: Editora 34 Ltda.
- La Motta, V. e Schiffer, M. 2002 Behavioral Archaeology: Toward a New Synthesis. In: Hodder, I. (Org.). *Archaeological Theory Today*. Cambridge: Blackwell publishers.
- Macedo, J. 2011 *O nós da arqueologia: leituras da paisagem e memória na igreja de Nossa Senhora da Saúde, Rio de Janeiro - RJ*. São Paulo: Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia.
- McGuire, R. H. 1999 Arqueologia como ação política: O projeto Guerra do Carvão do Colorado. *Revista do MAE* 3: 387-397.
- Melquiades, V. 2011 Os Artesãos da pedra: Arqueologia e Museologia das vasilhas de pedra-sabão em Minas Gerais. São Paulo: Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia.
- Melquiades, V. 2012 Fragmentos da história de vida de uma família de artefatos: As vasilhas de pedra-sabão em Minas Gerais - séculos XVIII a XXI. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. Laboratório de Arqueologia - Fafich/UFMG. v.6, n.2, Julho - Dezembro. pp.87-126.
- Miranda, M. P. 2006 *Tutela do patrimônio cultural brasileiro: doutrina, jurisprudência, legislação*. Belo Horizonte: Del Rey.

- Mourão, R. 1994 *Museu da Inconfidência*. 2ed. MinC/IPHAN/FUNART. Ouro Preto: Perform.
- Mourão, R. 1999 *Projeto de reformulação da exposição permanente do Museu da Inconfidência*. In: Oficina do Inconfidência: Revista de trabalho. Nº0: Ouro Preto.
- Neumann, M. A. 2008(a) Ñande Rekó: Diferentes jeitos de ser Guarani. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História da UFRS.
- Neumann, M. A. 2008(b) Por uma Arqueologia Simétrica. Porto Alegre: *Cadernos do LEPAARQ – Textos Antropologia*, Arqueologia e Patrimônio. V. V, nº9/10. Pelotas, RS: Editora da UFPEL.
- Normak, J. 2007 Bergsonian and Deleuzian ontologies for a posthuman archaeology. In: *Polyagentive archaeology, Part III* (pp. 1-6). Stanford - Disponível em: <<http://traumwerk.stanford.edu/archaeology/2007/01/>> último acesso em agosto de 2012.
- Olsen, B. 2007 Genealogías de La asimetría: por qué nos hemos olvidado de las cosas. González-Ruibal, A. (Ed.). Arqueología Simétrica. Un giro teórico sin revolución paradigmática. *Complutum*, 18, 287-291.
- Ostrower, F. [1920-2001] 2003 *Universos da arte*. 31 ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Schiffer, M. 1987 *Formation Processes of the Archaeological Record*. University of New Mexico Press.
- Schiffer, M., Hollenback, K., Skibo, J., & Walker, W. 2010 *Behavioral Archaeology. Principles and Practice*. London/Oakville: Equinox Handbooks in Anthropological Archaeology.
- Shanks, M. 2007 Arqueologia Simétrica. In: A. Gonzalez-Ruibal, Arqueología Simétrica. Un giro teórico sin revolución paradigmática, *Complutum* .18, 292-295.
- Silva, F. A. 2009 Arqueologia e Etnoarqueologia na aldeia Lalima e na Terra Indígena Kayabi: reflexões sobre Arqueologia Comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 19, pp. 205 - 219.
- Thomas, J. 2002 Archaeologies of Places and Landscape. In: Hooder, I. *Archaeological Theory Today*. Cambridge: Blackweel Publishers.
- Tilley, C. 1994 *A Phenomenology of Landscape*. Oxford/Providence, USA: Berg Publishers.
- Vieira, L. (s/d) Largo do Coimbra, Ouro Preto: a trajetória de um espaço frente ao pensamento moderno e à política de preservação da SPHAN.
- Webmoor, T. 2007 Un giro más tras el 'giro social'. El principio de la simetría en arqueología. In: A. González-Ruibal, Arqueología Simétrica. Un giro teórico sin revolución paradigmática. *Complutum*, 18, 296-304.
- Welch, J. 2009 Reconstructing an Ndee sense of place. In: B. Bowser, & M. Zedeño, *The archaeology of meaningful places* (pp. 149-162). Salt Lake City: The University of Utah Press.
- Whitridge, P. 2004 Landscapes, houses, bodies, things: place and the archaeology of inuit imaginaries. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 11(2), 213-250.
- Wicher, C. A. 2010 Museu e antropofagia do patrimônio arqueológico: (Des) Caminhos da prática brasileira. Lisboa: Tese (Doutorado), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Departamento de Museologia.
- Witmore, C. 2007 Arqueologia simétrica: un manifesto breve. In: A. González-Ruibal, Arqueología Simétrica. Un giro teórico sin revolución paradigmática. *Complutum*, 18, 305-313.
- Zarankin, A. 2005 Arqueología de la Arquitectura, modelando al individuo disciplinado en la sociedad capitalista. . *Revista de Arqueologia Americana, Mexico*, v. 22, n.1 , pp. 25-41.
- Zarankin, A. 2002 Paredes que domesticam; Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista, O caso de Buenos Aires. 1ed.2002. v.1. Campinas: Centro da Arte e Arqueologia -IFCH-UNICAMP.
- Zedeño, M. N. 1997 Landscapes, land use, and the history of territory formation: an exemple from puebloan southwest. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 4(1), pp. 63-103.
- Zedeño, M., e Bowser, B. 2009 The archaeology of meaningful places. In: B. Bowser, & M. Zedeño, *The archaeology of meaningful places* (pp. 1-14). Salt Lake City: The University of Utah Press.